

abre. CAMINHOS

TERREIROS E FILANTROPIA EM MOVIMENTO PELA JUSTIÇA SOCIAL



Foto: Abode Stock



Foto: Abode Stock

FICHA TÉCNICA

PESQUISA E REDAÇÃO:

Mayana Hellen Nunes

ENTREVISTAS:

Ogã Michael Félix

Mãe Andreia de Talamugongo

Pai Edson Araújo

Valéria Lima

Mãe Jaciara Ribeiro

Makora Cássia Kidoialê

FOTOS:

As imagens utilizadas são provenientes dos acervos pessoais das organizações envolvidas, do banco de imagens Adobe Stock e Canva.

REVISÃO ORTOGRÁFICA:

Erlly Guedes

DIAGRAMAÇÃO:

Karla Souza

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO ELABORADA POR BIBLIOTECÁRIA JANAINA RAMOS – CRB-8/9166

N972a

Nunes, Mayana

Abre caminhos: terreiros e a filantropia para justiça social em movimento / Mayana Nunes. – São Paulo: Publicação Independente, 2025.

Livro em PDF

ISBN 978-

1. Justiça social. 2. Religiões afro-brasileiras. I. Nunes, Mayana. II. Título.

CDD 323.4

Índice para catálogo sistemático

I. Justiça social



abre. CAMINHOS

Foto: Abode Stock

EDITORIAL

Esta publicação é resultado de um conjunto de questões e inquietações que me movem nos últimos anos. São inquietações que se originam porque sou uma mulher preta de terreiro, inserida no campo da filantropia nacional há alguns anos. Estar nesses lugares me provocou a pensar sobre como as fundações e organizações que compõem o ecossistema filantrópico constroem relações com as comunidades que buscam apoiar.

Movida por essas perguntas, propus ao Programa Saberes, da Rede Comuá, uma pesquisa sobre o papel da filantropia no fortalecimento dos terreiros de matriz afro-brasileira e no enfrentamento ao racismo religioso. Selecionada como pesquisadora em 2024, revisei o meu trabalho como assessora de projetos do Fundo Brasil de Direitos Humanos, onde coordenei o edital Enfrentando o racismo a partir da base até meados de junho de 2024.

Criada em 2012, a Rede Comuá reúne fundos temáticos, fundações comunitárias, organizações doadoras (grantmakers) independentes, que mobilizam recursos de fontes diversificadas para apoiar grupos, coletivos, movimentos e organizações da sociedade civil que atuam nos campos da justiça socioambiental, direitos humanos e desenvolvimento comunitário.

O Programa Saberes, por sua vez, tem a finalidade de promover a produção e o compartilhamento de conteúdo e conhecimento a partir da sistematização de práticas, experiências, reflexões e desenvolvimento de estudos e de tecnologias sociais que possam

impulsionar e posicionar as agendas da filantropia comunitária e de justiça social nos ecossistemas filantrópicos brasileiro.

Ameaças a filhos e filhas de santo¹, danos físicos aos espaços onde os terreiros se localizam e destruição de símbolos, protagonizados por membros de igrejas católicas e neopentecostais, são algumas das manifestações do racismo religioso que as tradições religiosas de matriz afro-brasileira enfrentam atualmente.

O Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos aponta que as denúncias de intolerância religiosa cresceram 80% no primeiro semestre de 2024, totalizando 1.227 casos. O Candomblé e a Umbanda tem sido os principais alvos. Tais violências, contudo, não são algo novo na trajetória do povo negro brasileiro.

A proibição do fazer religioso de africanos que vieram ao Brasil na condição de escravizados durante o período colonial, a partir da demonização de suas divindades, a interdição do uso da língua e a negação de seu protagonismo na construção da identidade nacional marcam a história do nosso país. São violências que buscam apagar o patrimônio cultural e o legado civilizatório africano que a religiosidade de matriz afro-brasileira carrega em si.

Além disso, a liberdade religiosa do povo de terreiro tem sido ameaçada pela presença de forças políticas conservadoras e neopentecostais em espaços de poder, o que aponta para a fragilidade do Estado brasileiro em manter sua laicidade (Cunha, 2018).

A luta contra o racismo é fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira e para a consolidação dos direitos da população negra do país. E ela não pode ser feita sem os terreiros, espaços que historicamente vivenciam um conjunto de violações. Por essa razão, é uma pauta transversal à atuação do Fundo Brasil, que, desde sua fundação em 2006, tem se colocado como um aliado da sociedade civil do país, apoiando o protagonismo e a autonomia de organizações e movimentos sociais, que, a partir de seus territórios, se mobilizam pelo bem-viver² de suas comunidades.

Esse apoio se concretiza por meio de editais, o principal meio utilizado pelo Fundo Brasil para a doação de recursos. Além dos recursos financeiro, a instituição facilita oportunidades de aprendizagem entre os pares, através de encontros de formação e articulação ao longo do ciclo de apoio. O edital **Enfrentando o racismo a partir da base** insere-se nesse contexto como uma linha específica que busca o fortalecimento institucional de organizações de base lideradas por ativistas negros e negras.

¹ O termo "filho de santo" é utilizado pelos praticantes de religiões de matriz afro-brasileira para se autodenominarem. Demonstra o compromisso espiritual do indivíduo com a religiosidade.

O Fundo Brasil compreende que o fortalecimento institucional é a força motriz para que as organizações atuem de forma efetiva em seus contextos, visando à garantia de defesa de direitos e ao combate às violações. Na edição de 2022, apoiou 25 organizações, sendo seis delas dedicadas especificamente a defesa dos direitos das comunidades de matriz afro-brasileira.

Ao longo do processo de pesquisa, entre 2024 e 2025, retornei o diálogo com esses grupos para compreender os impactos que o apoio tinha gerado em seus territórios. Busquei também voltar ao antes, ao passado desses atores, conhecer suas histórias, aprender com os saberes que carregam, conhecer quem são.

Optei por esta abordagem porque, a partir de minha experiência, tenho percebido que o campo da filantropia no qual atuo, embora alinhado a um modelo de apoio realizado com a base, conhece pouco sobre as religiões de matriz afro-brasileira.

A leitura da obra de Antônio Bispo (2023) foi fundamental para pesquisa e escrita desta publicação. Entre os

vários saberes compartilhados em sua escrita, destaco a relação orgânica que quilombos, terreiros e comunidades tradicionais envolvem com todas as formas de vida – um modo de relacionar-se em que todos são compartilhantes e estão em confluência. Estar em confluência é estar em constante processo de compartilhamento, aumentando, ampliando, rendendo. Assim, de que modo a filantropia e as religiões de matriz afro-brasileira podem confluenciar?

Não pretendo esgotar possibilidades com esta pesquisa. Porém, há caminhos que se abrem. Do lado da filantropia, um primeiro movimento está na compreensão do que são as religiões de matriz afro-brasileira e o que o terreiro representa para os seus filhos e filhas. Nesse sentido, referencio Makota Kássia Cristina, do Kilombo Manzo:

O terreiro é o meu lugar, é o lugar onde eu tenho um cuidado integrado, que cuida de mim, cuida dos meus. O terreiro é o único lugar onde nós conseguimos exercer a nossa africanidade. No terreiro a gente canta, dança, reza para os africanos.

(Entrevista com Makota Kássia Cristina)

² “Bem-Viver” tem sido uma prática ancestral de povos indígenas Quechua e Aymara que vivem na Bolívia e Peru, também compartilhada pelos indígenas brasileiros (Krenak, 2020). Tem sido incorporado pelos movimentos de mulheres negras para destacar o aspecto coletivo/comunitário de seu projeto político, em que a natureza é compreendida como parte da comunidade e detentora de direitos, há valorização dos saberes ancestrais, contraposição ao capitalismo e ao desenvolvimentismo, e a diversidade é vista como riqueza civilizatória (Santos, 2022).

O terreiro é um lugar de compartilhamento, em que afetos, cultura, política, musicalidade, corporeidade, religiosidade e ancestralidade se encontram. Como destaca a ativista e pesquisadora Janaína “Nina Fola” Cunha:

(...) as comunidades de terreiro (...) constituem-se como espaços solidários, de ajuda coletiva, localizados em pontos marginais das cidades e/ou de grande concentração negra. Nestas comunidades, proporciona-se acolhimento, atendimento ou ajuda aos diversos tipos de problemas, sejam eles de ordem particular ou coletiva, majoritariamente provenientes da exclusão, opressão e marginalidade que causam diversas vulnerabilidades decorrentes, sobretudo, do racismo antinegro que opera nas Américas. (CUNHA, 2018, p.25)

Assim, terreiros são espaços de multiplicidade, e a filantropia deve reconhecê-los em sua singularidade, em suas vivências. Negar aos terreiros a possibilidade de acessar recursos em razão do caráter religioso e espiritual que lhes é inerente significa reforçar uma perspectiva colonialista, que retira a autonomia, o protagonismo e que não respeita os modos de fazer das comunidades.

Além disso, destaco novamente o papel da filantropia enquanto aliada do povo negro de terreiro no combate ao racismo religioso, a partir do fortalecimento institucional desses espaços, de suas lideranças, no aporte de recursos financeiros e na troca de conhecimentos, para que, assim, possam garantir o direito de cultivar sua fé sem medo.

Esta publicação é o modo que encontrei para compartilhar um

pouco do impacto que o apoio do edital Enfrentando o racismo a partir da base promoveu nas organizações apoiadas em 2022. São elas: Associação das Tradições Culturais e Sociais Afro-Brasileiras e Ameríndias do Estado de Goiás (ATRACAR), Tenda de Umbanda Caboclo Flecheiro, Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolú, Coletivo Iya Akobiode e Kilombo Manzo.

Por fim, gostaria de lembrar uma fala de Makota Kássia Cristina. Em certo momento de nossa conversa, ela fez a seguinte declaração: “A gente precisa de elementos para nutrir a nossa comunidade, elementos que nos ajudem a pensar de que forma nós vamos estar presente tanto na luta quanto no território”.

Acesso, acolhimento, luta, nutrir. São caminhos de confluência entre a filantropia e os terreiros.



Foto: Acervo pessoal

Mayana Hellen
PESQUISADORA

abre.
CAMINHOS



Foto: Abode Stock

SUMÁRIO

ATRACAR: ASSOCIAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS E SOCIAIS AFRO-BRASILEIRAS E AMERÍNDIAS DO ESTADO DE GOIÁS **10**

Águas Lindas, Goiás

TENDA DE UMBANDA CABOCLO FLECHEIRO **14**

Olinda, Pernambuco

INSTITUTO DA MULHER NEGRA MÃE HILDA JITOLÚ **20**

Salvador, Bahia

COLETIVO IYA AKOBIODE (ABASSÁ DE OGUM) **24**

Salvador, Bahia

KILOMBO MANZO **30**

Belo Horizonte, Minas Gerais

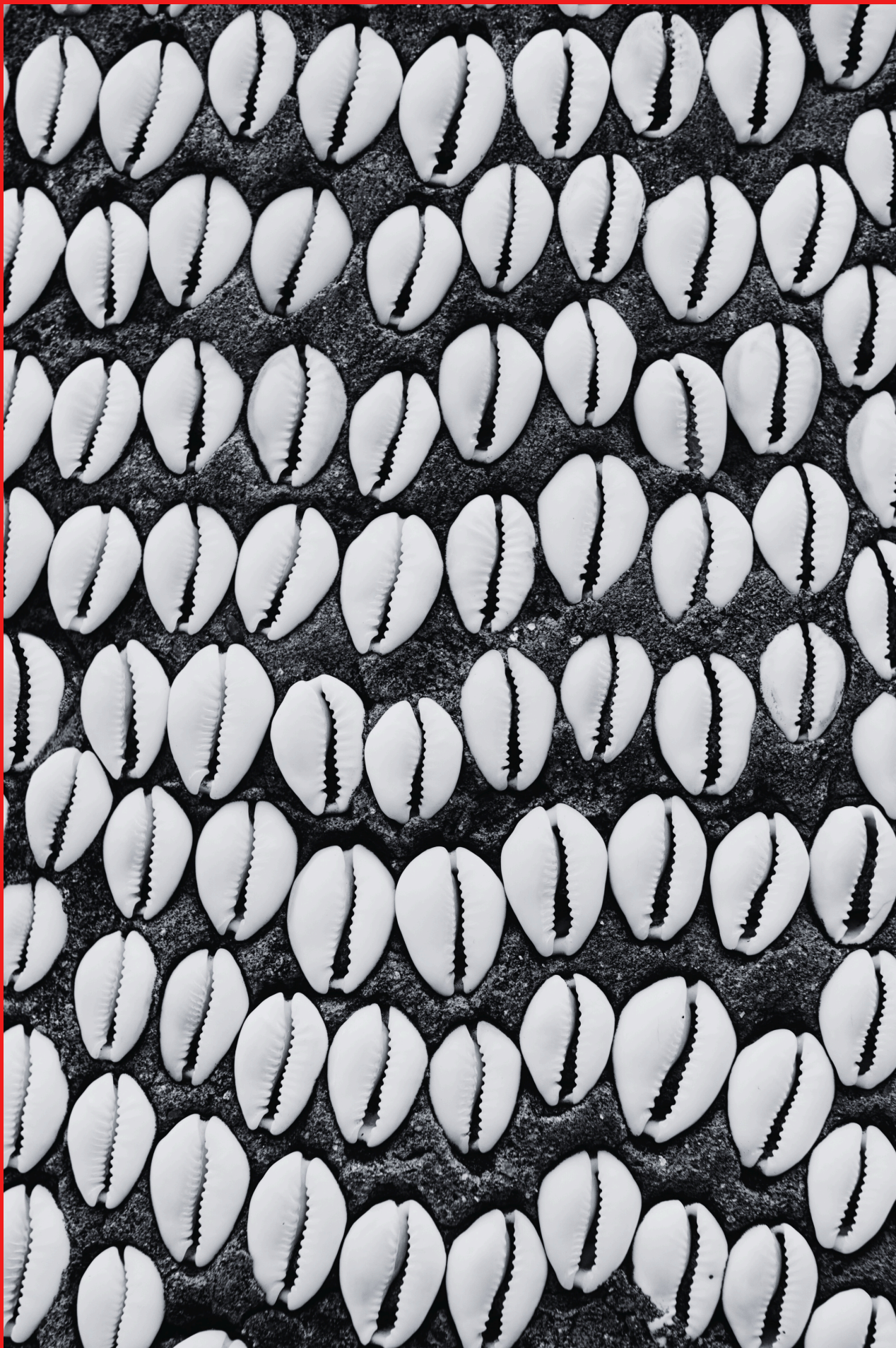


Foto: Abode Stock



ATRACAR

ASSOCIAÇÃO DAS TRADIÇÕES CULTURAIS E SOCIAIS AFRO-BRASILEIRAS E AMERÍNDIAS DO ESTADO DE GOIÁS

A Associação das Tradições Culturais e Sociais Afro-Brasileiras e Ameríndias do Estado de Goiás (ATRACAR) é uma associação representativa das Comunidades Tradicionais de Terreiro, idealizada a partir da iniciativa de um grupo de afro-religiosos de Águas Lindas, Goiás, em razão dos inúmeros casos de racismo religioso e violência contra terreiros da região.

A mobilização pelo enfrentamento ao racismo religioso em Águas Lindas levou a associação a decidir pela

“**É como se os terreiros tivessem encontrado a sua própria identidade, como se eles sentissem quem existem”.**

-OGÃ MICHAEL FÉLIX

pela legalização em dezembro de 2021, de modo que fosse possível ter melhores condições para atuar. Diante do contexto de violação de direitos, a ATRACAR compreendeu que seria estratégico apoiar os terreiros na busca pela legalização de seus espaços.



Em 2022, a ATRACAR foi contemplada no edital **Enfrentando o racismo a partir da base**, iniciativa do Fundo Brasil de Direitos Humanos que tem o objetivo de garantir recursos para grupos e coletivos liderados por pessoas negras em todo o país. Entre os grupos prioritários para o recebimento do apoio estavam os terreiros e casas de matriz africana, uma vez que o racismo religioso tem atingido principalmente estas comunidades.

A partir do projeto Terreiro Legal, a ATRACAR buscou apoiar de forma efetiva a regularização jurídica de trinta terreiros. Michel Félix, presidente da organização, relata como esse trabalho tem possibilitado que os terreiros se sintam mais seguros para a realização de seus rituais. “Uma das casas de umbanda regularizada através do projeto passou a realizar toques com o atabaque, algo que não fazia antes, já que, como a casa não tinha documentação, tinham medo de que o uso do instrumento pudesse causar algum problema com a vizinhança”, afirma Félix.

Entre os ganhos com a legalização, a ialorixá Andreia de Talamungongo, vice-presidente da ATRACAR, destaca o reconhecimento das tradições afro-brasileiras como parte fundamental da formação da sociedade brasileira; a possibilidade de recorrer ao sistema judiciário em casos de violações de direitos; os benefícios como isenções fiscais; a obtenção de licenças e alvarás de funcionamento; e o bem-estar das comunidades, que podem seguir com sua missão pelo

desenvolvimento de sua população.

Apesar de a legalização possibilitar inúmeros acessos, a organização destaca as dificuldades para fazer o projeto acontecer em razão do pouco conhecimento das lideranças religiosas de matriz africana sobre os trâmites que envolvem esse processo. Por isso, o acompanhamento próximo foi fundamental para a construção de uma relação de confiança entre os atores envolvidos.

A ialorixá Andreia também destaca que o projeto trouxe grande visibilidade à organização, que tem sido um ponto de referência para as comunidades do entorno de Águas Lindas. Além disso, relata a elevação da autoestima das comunidades após a conquista da legalização, algo que têm sido percebido a partir do interesse dos terreiros contemplados em participar tanto dos processos seletivos do campo da filantropia que visam apoio à sociedade civil, quanto de estar em espaços cívicos como Conselhos de Igualdade Racial. “Parece que eles sentiram que existem porque têm o documento”, diz Andreia.

Nesse sentido, a ATRACAR aponta para a necessidade de que haja mais recursos para que possam seguir com sua missão e de que o acesso seja cada vez mais facilitado.

As lideranças avalia que os recursos do edital **Enfrentando o racismo a partir da base** possibilitaram que a ATRACAR transformasse em realidade muitos sonhos que tinham. Também

abre. CAMINHOS

apontam para a metodologia que consideram mais inclusiva. “Você apresenta sua ideia, o Fundo Brasil aposta na sua proposta e depois acompanha o desenvolvimento de uma forma mais simplificada”, diz.

Hoje compreendem que a ATRACAR é uma organização consolidada na região de Águas Lindas e adjacências, reconhecida no território e que conquistou a confiança das comunidades de terreiro. Para o futuro, pretende continuar apoiando as comunidades locais na legalização de seus espaços. Por isso, lembra que a filantropia brasileira não pode deixar os terreiros para trás.



Foto: Acervo pessoal



Foto: Acervo pessoal

Foto: Abode Stock



abre.
CAMINHOS



Foto: Acervo pessoal

Tenda de Umbanda

CABLOCO FLECHEIRO

A história do Centro Social e Templo de Umbanda Caboclo Flecheiro, localizado em Olinda, Pernambuco, tem início no ano de 2013, a partir do compromisso espiritual e social com a comunidade local. Ele simboliza o protagonismo histórico dos povos de matriz africana na reorganização econômica, política e social de parte da população negra brasileira.

Sob a liderança de Pai Edson de Omolu, o trabalho no bairro de Águas Cumpridas, localizado na periferia de Olinda, teve início a partir da distribuição de sopas e cestas básicas,

uma ação mobilizada pelos próprios filhos de santo. As atividades de apoio humanitário intensificaram-se durante a pandemia de COVID-19 e permanecem até os dias de hoje. “Nós apoiamos não apenas a comunidade local, mas as comunidades de terreiro como um



Para nós não existe essa distinção tão marcada entre sagrado e profano. Essa dicotomia não faz parte das nossas perspectivas.”

**-BABALORIXÁ
EDSON DE OMOLU**



todo. Somos nós por nós”, diz Pai Edson.

Além da ajuda humanitária, o Centro Social e Templo de Umbanda Caboclo Flecheiro atua pela promoção da equidade racial por meio da educação, da cultura e da literatura, com foco em direitos humanos e no combate ao racismo religioso. Em uma das salas do centro/terreiro, funciona uma biblioteca comunitária afrocentrada, que atende crianças e jovens do bairro Águas Cumpridas. Seu papel é ajudar na formação do pensamento crítico desse público por meio de oficinas de leitura, jogos e teatro.

O Centro também tem apoiado terreiros da Região Metropolitana de Recife na luta contra as violações de direitos. Em 2021, a partir do projeto Respeita minha fé!, foram coletados dados sobre processos judiciais que envolviam violência racial contra terreiros da região. A pesquisa resultou na publicação da Cartilha de Direitos Afrorreligiosos, que utiliza uma linguagem didática para prover informações jurídicas sobre temas como direito à realização de rituais no espaço público, direito à iniciação de crianças e adolescentes, direito à sacralização dos animais, direito ao uso de instrumentos percussivos e a Lei do Silêncio.

Diante das inúmeras demandas, Edson e seus filhos de santo têm buscado alternativas para mobilizar recursos e ampliar as ações realizadas. Nessa busca, conheceram

algumas fundações do campo da filantropia que têm apoiado o combate ao racismo religioso, entre elas o Fundo Brasil. “Nós temos buscado inúmeros editais e conseguimos algumas aprovações, entre elas o edital **Enfrentando o racismo a partir da base**”.

A experiência com diferentes fundos por meio de editais levou Edson à conclusão de que o racismo religioso também está presente no ecossistema filantrópico brasileiro. Há fundações que vetam a possibilidade de as casas de matriz africana submeterem suas propostas, sob a justificativa de que não apoiam entidades religiosas. Uma visão colonialista que revela a incapacidade da filantropia brasileira de compreender o papel político e social que o complexo cultural e religioso de matriz africana desempenha em suas comunidades.

Essa incompreensão acaba por construir obstáculos para que os terreiros acessem recursos. “Ainda há um olhar muito ocidentalizado sobre a vivência religiosa do povo de terreiro. Para nós, não existe essa distinção tão marcada entre sagrado e profano. Essa dicotomia não faz parte das nossas perspectivas”, afirma Pai Edson.

Além disso, ele destaca como a ausência de recursos financeiros dificulta a institucionalização legal dos terreiros. Desse modo, o ciclo de exclusão se mantém: em muitos casos, a exigência da documentação jurídica (estatuto social e CNPJ) para



concorrer às fontes de financiamento inviabiliza que os terreiros consigam recursos do campo da filantropia. Assim, permanecem expostos a ataques, ameaças e ao risco constante de criminalização em razão do racismo religioso.

Nesse sentido, a comunidade do Caboclo Flecheiro traduz a experiência com o edital **Enfrentando o racismo a partir da base** como enriquecedora em razão da flexibilidade desde o momento das inscrições (já que o proponente não precisa ter CNPJ para participar dos editais do Fundo Brasil), pela maior liberdade na execução dos recursos, bem como pela oportunidade de conhecer e estabelecer articulações

com outros grupos apoiados, por meio de encontros e formações ao longo do ciclo de apoio.

Para o futuro, Edson revela o desejo de seguir fortalecendo as comunidades contra a violência provocada pelo racismo religioso. Para isso, pontua a necessidade de que as fundações da filantropia brasileira descolonizem seu olhar sobre as religiões de matriz africana. “Quando você demonstra a trajetória de uma comunidade – que ela não é apenas um lugar de fé, mas também lugar de cultura, arte, educação, cuidado e autocuidado, alimentação, política e justiça social – isso precisa ser considerado.”

CENTRO SOCIAL
CABOCLO FLU

Foto: Abode Stock



abre.
CAMINHOS



Foto: Acervo pessoal



INSTITUTO DA MULHER NEGRA

Mãe Hilda Jitolú

“ Por ser neta de uma mulher negra e pobre, que se tornou uma importante referência no combate ao racismo, como líder espiritual e matriarca do Ilê Aiyê, e se fez conhecer pelo mundo, acredito que toda luta vale a pena” (Lima, 2024, p.14).

O trecho acima foi escrito por Valéria Lima em *Mãe da Liberdade: a trajetória da lalorixá Mãe Hilda Jitolu, matriarca do Ilê Aiyê*, biografia que escreveu sobre Mãe Hilda Jitolú. Neta dessa importante liderança política e

religiosa, Valéria fundou em 2022 o Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolú, dando continuidade a uma longa tradição de combate ao racismo iniciado por sua avó.

O Terreiro Ilê Axé Jitolú nasceu em 1952 no bairro do Curuzu, em

“

Estaremos firmes e fortes lutando pelo nosso povo, mantendo vivo o legado de Mãe Hilda Jitolú!”

**-VALÉRIA LIMA,
FUNDADORA DO
INSTITUTO DA
MULHER NEGRA
MÃE HILDA JITOLÚ**



Salvador, Bahia, já com profundo compromisso com a luta contra o racismo. Ao longo dos 60 anos em que esteve à frente do Axé Jitolú, Mãe Hilda exerceu os papéis de mãe, conselheira e liderança sociocultural e religiosa (Lima, 2024).

Já na década de 1970, o Brasil vivia os horrores da ditadura militar, sentidos ainda mais pela população negra do país. É nesse contexto que, em 1974, o bloco Ilê Aiyê foi criado por Antônio Carlos dos Santos Vovô e Apolônio de Jesus, filhos de Mãe Hilda, no barracão do Ilê Axé Jitolú. Seu objetivo era demarcar a centralidade da história africana para o carnaval baiano, trazendo mulheres e homens negros como protagonistas em seus desfiles (Lima, 2024).

Esse protagonismo tem sido destacado de inúmeras formas ao longo da história do bloco: na estética que valoriza os cabelos crespos, nas roupas inspiradas na cultura africana e nas letras musicais que buscam provocar a consciência racial da população negra.

Além do Ilê Aiyê, Mãe Hilda esteve à frente de outras iniciativas que visavam a justiça racial. Preocupada com a falta de oportunidades educacionais para as crianças do Curuzu³, ela inaugurou a Escola Mãe

Hilda Jitolú em 1988, no próprio barracão do terreiro. Como destaca Lima (2004), a escola já possuía, então, um projeto pedagógico diferenciado, focado no ensino da cultura afro-brasileira e africana. Na década de 1990, fundou a Escola Band'Erê, projeto que oferecia às crianças da comunidade aulas de dança e percussão. Atualmente, a escola funciona na sede do Ilê Aiyê, a Senzala do Barro Preto, onde se concentram as ações educacionais do bloco.

Ainda nos anos 1980, em meio ao contexto de atuação dos movimentos negros brasileiros, a convite de Abdias Nascimento, Mãe Hilda realizou diversas visitas à Serra da Barriga, Alagoas, local que abrigou o Quilombo dos Palmares entre 1595 e 1695. Lá conduziu rituais religiosos para Zumbi dos Palmares, além de participar de outros importantes atos políticos.

Esse legado tem continuado pelas mãos de Valéria Lima, que em 2020 fundou o Instituto da Mulher Negra Mãe Hilda Jitolú. A neta de Mãe Hilda define o trabalho que tem realizado a partir da organização como um “presente da ancestralidade” e uma forma de manter a memória da líder religiosa viva.

³ A partir da Constituição de 1988, a educação infantil para crianças de zero a seis anos foi estabelecida como um dever do Estado. Antes disso, não havia essa obrigatoriedade.

O terreiro é o meu lugar, é o lugar onde eu tenho um cuidado integrado, que cuida de mim, cuida dos meus. O terreiro é o único lugar onde nós conseguimos exercer a nossa africanidade. No terreiro a gente canta, dança, reza para os africanos.

(Entrevista com Makota Kássia Cristina)

Contemplada no edital Enfrentando o racismo a partir da base, Valéria considera que o apoio foi fundamental para que o instituto conseguisse se estruturar, já que, à época, ela utilizava recursos pessoais para colocar a organização de pé. Nesse sentido, destaca a importância da filantropia brasileira em financiar o fortalecimento institucional dos grupos de base, já que esse modelo de apoio possibilita que organizações recém-criadas tenham condições de dar seus primeiros passos. Com o apoio do Fundo Brasil, foi possível legalizar o instituto, comprar os primeiros equipamentos e reformar um espaço no próprio barracão do terreiro para a realização de atividades:

Eu acho que o recurso institucional é determinante para a sobrevivência da organização, porque nós existimos para além das ações. Há despesas fixas que são independentes da realização de atividades ou não. Como você paga isso? Como posso me dedicar exclusivamente a uma organização se não consigo me remunerar? Eu já desisti de submeter minha proposta para alguns editais por não poder remunerar as pessoas que trabalham pela instituição. Então, tem dinheiro que é melhor não receber!

(Entrevista com Valéria Lima)

Diante da falta de recursos, Valéria tem apostado em parcerias com organizações locais que cuidam da comunicação da organização e que apoiam a realização de cursos de qualificação profissional para as mulheres atendidas pelo instituto.

Para o futuro, Valéria planeja ampliar o espaço físico do terreiro, permitindo separar as atividades religiosas das ações de gestão da instituição. E diz: "Estaremos firmes e fortes, lutando pelo nosso povo! Eu, enquanto terceira geração da família, mantereí vivo o legado de Mãe Hilda Jitolú!"



Foto: Acervo pessoal



Foto: Acervo pessoal



Foto: Acervo pessoal



(ABASSÁ DE OGUM)

Coletivo Iya Akobiode

Iyakobiode: mulheres que transformam a vida das outras. Essa é a busca de Mãe Jaciara Ribeiro, do Ilê Axé Abassá de Ogum, terreiro localizado em Itapuã, região metropolitana de Salvador, Bahia. Desde a década de 1990, ela lidera o Coletivo Iya Akobiode, dedicado ao fortalecimento de mulheres negras através de ações de cuidado

e autocuidado, além da luta contra o racismo religioso.

“Luta” é uma das palavras que marcam a vida de Mãe Jaciara, que herdou o Ilê Abassá de Ogum após a



O Akobiode não pauta só a política. Ele pauta uma força da ancestralidade.

-IALORIXÁ JACIARA RIBEIRO



morte de sua mãe biológica e espiritual, Gilda de Ogum (Gildásia dos Santos).

A morte de Mãe Gilda se deu em razão de uma série de perseguições lideradas pela Igreja Universal do Reino de Deus. O ato mais simbólico das violências sofridas por Mãe Gilda aconteceu no ano 2000, quando o periódico Folha Universal publicou a matéria “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”, acompanhada de uma foto da matriarca. Abalada com as sucessivas violências, Mãe Gilda sofreu um infarto fulminante, vindo a falecer em 21 de janeiro daquele mesmo ano.

A partir da mobilização das lideranças de terreiros contra as perseguições sistemáticas às religiões de matriz africana, como aquelas sofridas por Mãe Gilda, levaram o governo federal a instituir o Dia Nacional do Combate à Intolerância Religiosa em 21 de janeiro (Lei 11.635/2007), data de seu falecimento.

Outra homenagem foi realizada através de uma parceria entre a Fundação Cultural Palmares e a Fundação Gregório de Mattos, que inaugurou um busto em homenagem a Mãe Gilda na Lagoa do Abaeté. Para Mãe Jaciara, a imagem é uma forma de pedir reparação a todas as mulheres arrancadas de África e às ialorixás que têm seus terreiros vandalizados pelo racismo religioso.

A Lagoa do Abaeté, que se tornou um importante símbolo para as

religiões de matriz africana na Bahia, passa atualmente por um processo de especulação imobiliária com o crescimento de construções de luxo que avançam pelas dunas do parque, entre outras modificações.

Embora tenha sido um acontecimento extremamente doloroso em sua vida, a morte de Mãe Gilda motivou Mãe Jaciara a seguir em frente e a construir estratégias de luta contra o racismo. Muito antes da filantropia surgir como uma possibilidade de acesso a recursos financeiros, o terreiro já se mobilizava para fortalecer sua comunidade.

Em 2022, o coletivo foi contemplado pelo Fundo Brasil no edital **Enfrentando o racismo a partir da base**. O projeto aprovado buscava desenvolver oficinas de cuidado e autocuidado para as mulheres do grupo por meio de rodas de conversa, compartilhamento de saberes ancestrais sobre bem-viver e debates sobre o impacto do racismo na saúde mental de mulheres negras. O trabalho tem sido realizado tanto na sede do Ilê Abassá de Ogum quanto no Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, Bahia.

A partir de sua experiência como apoiada pelo Fundo Brasil, ela destaca como a filantropia pode ser um espaço que visibiliza a luta dos terreiros. “O Fundo Brasil é uma das instituições com a qual mais me me identifiquei ao longo da minha história de luta. Eu consigo me ver,

é uma instituição que possibilita com que eu tenha visibilidade para seguir”, afirma.

Ainda assim, ela reivindica que o acesso a recursos seja simplificado e acredita que é necessário que as fundações estejam nos territórios, conhecendo a atuação das comunidades para compreender a realidade dos terreiros. “Muitos dos territórios com os quais trabalho

reclamam da dificuldade para apresentar uma proposta. São muitas exigências, e na maioria das vezes as comunidades não têm nem um notebook, por exemplo, para escrever o projeto”, diz.

Mãe Jaciara acredita numa filantropia pautada pela ética e sensibilidade. “Esse apoio do Fundo Brasil foi uma pitada mágica para os meus ebós ancestrais”.



abre.
CAMINHOS



Foto: Canva



Foto: Abode Stock



Foto: Acervo pessoal



Kilombo Manzo

MIINAS GERAIS

Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango é um espaço que revela toda a pluralidade que um terreiro abriga em si. Seu nome significa “coletivo de casas protegidas pela força da divindade Kaiango” e está alicerçado na tradição bantu.

A história do Manzo tem início em

“

**A gente quer o
nosso território,
A gente quer
ser livre!**

**-MAKOTA CÁSSIA
CRISTINA**

Ouro Preto, no Morro das Queimadas, em 1958, com Dona Efigênia, mãe de Makota Cássia Cristina, com quem conversei e que trouxe elementos para contar a história aqui escrita.

Ao migrar para Belo Horizonte com sua família, Efigênia Maria da Conceição enfrentou problemas de saúde que, mais tarde, revelaram-se de origem espiritual. Ainda jovem, começou a frequentar um terreiro de umbanda onde um Preto-Velho, Pai Benedito, se manifestou através dela e passou a realizar curas e benzimentos naqueles que vinham procurá-lo. Entre as pessoas que buscavam a ajuda do Preto Velho estava o chefe da mãe de Efigênia, cuja esposa encontrava-se doente. Pai Benedito ensinou banhos e chás para a mulher que ficou curada. Em retribuição, o casal ofereceu uma quantia de dinheiro para que a jovem pudesse comprar uma casa para si.

Assim, na década de 1970, surge o terreiro “A Senzala de Pai Benedito”, e as famílias frequentadoras do espaço passaram a se instalar no seu entorno, formando ali uma grande comunidade.

À medida que a comunidade crescia, as primeiras perseguições se iniciaram. A partir da década de 2000, passaram a ser notificados pela Prefeitura de Belo Horizonte em relação ao barulho, ao fato de que a cozinha da casa não cumpriria as normas da vigilância sanitária, e por isso, não poderia preparar refeições ali, entre outras questões. Nesse momento, a comunidade buscou compreender sua própria história e descobriu seu passado quilombola.

A gente começa a buscar elementos de onde a gente era. Viramos pra minha avó e falamos assim: Vó, a senhora sabia que a gente é quilombola? Ela responde: Não, não conta isso pra ninguém não!

Minha avó nunca contava essa história porque achava que podia ser perseguida e devolvida para alguém que ela nem sabia quem era. Então, quando a gente se entende enquanto quilombola, começamos uma retomada da nossa própria identidade.

(Entrevista com Makota Cássia Cristina)

Assim, a comunidade do Manzo compreende que suas raízes estão no Morro das Queimadas, na cidade de Ouro Preto, um território de fuga para negros escravizados. A partir de então, com a mediação do Pai Benedito, passa a reafirmar a cultura quilombola dentro do terreiro e, em 2007, recebe o certificado pela Fundação Palmares.

Em 2012, a Defesa Civil do estado realizou uma violenta intervenção no local, que resultou na evacuação do terreiro e remanejamento das famílias para um abrigo municipal, sob a justificativa de que havia risco de desabamento durante o período de chuvas intensas. Somente depois de sete meses, após muita pressão e com o apoio de uma rede composta por acadêmicos, pesquisadores e movimentos sociais, conseguiram retornar ao seu espaço na Serra do Curral.

A saída forçada destruiu os laços de parentesco da comunidade. Além disso, durante esse processo, a terra passou a ser reivindicada pelo estado de Minas Gerais, já que, até então, a comunidade não possuía a escritura do terreno.

A comunidade também passou a enfrentar a mineração na Serra do Curral. O governo de Minas Gerais concedeu licença para a mineradora Taquaril Mineração explorar a região. Para Makota Cássia, a retirada da comunidade de seu território, em 2012, tratou-se de uma estratégia do Estado para ceder o território às empresas.

A licença foi revogada em 2022, já que não houve consulta ao Manzo. A consulta prévia, livre e informada é um direito das comunidades tradicionais sempre que a realização de alguma obra, ação, política ou programa possa afetá-las. A partir de 2024, o Kilombo Manzo iniciou a retomada de parte do território, por meio do manejo da terra e do plantio de ervas na área.

Diante de tantos enfrentamentos, o Kilombo Manzo começou a compreender que precisava se organizar para a luta. Além da necessidade de fortalecer a cultura da comunidade, seus membros passaram a buscar recursos para construir processos de formação em direitos. Makota Cássia atribui essa virada às orientações de Pai Benedito:

Foto: Acervo pessoal

**NÃO GALARAO
NOSSOS ATABAQUES!**



“Ele me disse que eu teria que ir pra fora e aprender a língua do branco, pra gente dizer, na língua deles, quem nós éramos, porque eles estavam fazendo de conta que a gente não existia! Tratavam a gente como mais um deles, e nós não somos, nós somos pretos! A gente tem uma origem, uma descendência, uma identidade, um continente!”

Makota Cássia compreendeu a importância de participar de Conselhos, espaços acadêmicos e movimentos sociais. Hoje é uma das vozes do terreiro-quilombo, responsável por comunicar o que o Kilombo Manzo quer para si.

A relação com formas de financiamento estatais, a exemplo de editais públicos, fez com que percebessem que esse não era o caminho a seguir, devido à necessidade de se encaixarem em modelos exigidos pelo governo estadual. Por isso, passaram a buscar o campo da filantropia. Assim, encontraram o Fundo Brasil e o edital **Enfrentando o racismo a partir da base**. “Eu li o edital e pensei: É isso! É isso que a gente quer! Que entendam a gente a partir do nosso território!”, diz.

A partir dos recursos institucionais do edital, o Kilombo Manzo conseguiu desenvolver ações de fortalecimento da comunidade, como a reforma do telhado – uma necessidade antiga – e promover formações para a construção de um protocolo de consulta livre, com o apoio de Nego Bispo. Assim, o Manzo tem usado a cosmovisão quilombola e de terreiro na luta contra o racismo religioso e a mineração, mostrando que as comunidades tradicionais são formas de planejamento coletivo que vêm sendo invadidas pela política estatal:

“As pessoas começam a entender que essa comunidade é nossa! A gente entende que, pra fora, temos que falar que o território é nossa propriedade. Temos que apontar que esse é o nosso lugar! Temos nos posicionado como povos de terreiro. Toda essa tradição mantida no terreiro tem sido o instrumento fundamental para barrar a mineração! A gente começou a apontar os lugares que a gente faz ebó, as encruzas de terra, as plantas que dialogam com a ancestralidade, que representam Exú abrindo caminhos no tempo. O que, pra eles, é só minério, a gente começa a dizer que é um lugar sagrado pra nós – e nós também temos o direito de exercer a nossa religiosidade! Os terreiros surgem como espaços físicos para garantir a nossa coletividade, mas a religiosidade a gente exerce na natureza.”

Makota Cássia pontua que os editais do Fundo Brasil são pensados a partir das comunidades de base e para elas. “É fácil a compreensão do edital, o recurso é muito bem pensado para apoiar quem está começando. Nós nos sentimos acolhidos, há uma rede”, ela afirma.

O Manzo também tem buscado fortalecer sua presença em diferentes espaços, buscando fazer valer sua voz através de projetos que fortalecem mulheres negras para ocuparem espaços nas universidades; projetos que fortalecem a identidade quilombola e de terreiro das crianças, a partir de brincadeiras, tambores, giras, contos africanos; e através de oficinas de formação de jovens lideranças para que sejam guardiões da biodiversidade, da cultura e da religiosidade da comunidade.

Para o futuro, Makota Cássia deseja ter o apoio do campo da filantropia brasileira para seguir lutando pelo seu território, com autonomia, gestando seu próprio fortalecimento.

**abre
CAMINHOS**



Foto: Acervo pessoal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: UBU Editora/PISEAGRAMA, 2023.

UNHA, Janine “Nina Fola” Cunha. Conselho do povo de terreiro do estado do Rio Grande do Sul – CPTERS: protagonismo e ação

política do movimento do povo de terreiro do Rio Grande do sul. In: Direitos dos povos de terreiro. Salvador: Mente Aberta, 2018. Disponível em: https://www.awure.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Direitos-dos-Povos-de-Terreiro_Completo



Foto: Abode Stock



Foto: Abode Stock